ESTADO DO MARANHÃO
Assembléia Legislativa
Gabinete Deputado Antônio Pereira

PROJETO DE LEI Nº /2026

Considera de Utilidade Pública o Instituto Social para Sustentabilidade da Vida - Pátio Verde com sede em São Luis (MA)

Art. 1º Fica considerado de Utilidade Pública o Instituto Social para Sustentabilidade da Vida Pátio Verde, entidade sem fins lucrativo, detentora do CNPJ nº 50.131.261/0001-19 com sede na Rua Principal nº 65, Itapera nesta Capital.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA:

O referido instituto vem prestando a sociedade de São Luís, especificamente no Povoado Itapera, ações nas áreas ambientais, educacionais e de desenvolvimento sustentável, estando, portanto, capacitado a receber esse reconhecimento por parte do Governo do Estado e dessa Casa Legislativa.

Plenário Dep. Nagib Haickel, em 20 de maio de 2026

Atenciosamente,

ANTONIO PEREIRA
Deputado Estadual

Maranhão do Sul, a força do povo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.141.513/0001-36 **MATRIZ**		**02/07/2002**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO COMUNITARI SANTA ISABEL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SAO PEDRO	**126**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
65.927-000	**CENTRO**	**DAVINOPOLIS**	**MA**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**01/09/2025**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **08/12/2025** às **14:35:37** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL DAVINÓPOLIS – MA

RESENHA DE ESTATUTO. DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL, é uma entidade cívil, sem fins lucrativos, personalidade jurídica de direito privado de caráter assistêncial. **DO OBJETIVO**: Canalizar e representar as reivindicações dos associados para obtenção de bem estar sócio – econômico, educativo e cultural. **DURAÇÂO**: Por tempo indeterminado. **ADMINISTRAÇÃO E MANDATO**: administrada por uma diretoria composta de: Presidente, Vice Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, 03 (três) Fiscais e 03 (três) Suplentes de Fiscais, eleitos para um mandato de 02 (dois) anos. **SEDE E FORO**: Na cidade de Davinópolis/MA. **REFORMA DO ESTATUTO**: Se dará através de Assembléia Geral Extraordinária, convocada para esse fim. **EM CASO DE EXTINÇÃO**: seu patrimônio será revertido em benefício de uma entidade registrada no Conselho Nacional de Assistência Social. **DA ASSEMBLÈIA**: È soberana e todas deliberações serão tomadas por ela. **DO QUADRO SOCIAL**: È composta de 80 (oitenta) associados, sem limite maxímo. Davinópolis/MA, 20 de novembro de 2002. MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS /PRESIDENTE.

SOCIEDADE PRODUTIVA PROFISSIONALIZANTE E CULTURAL DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E QUEBRADEIRAS DE CÔCO DE SÃO JOAQUIM NO MUNICÍPIO DE PENALVA – MA.

RESENHA DE ESTATUTO. DENOMINAÇÃO: Sociedade Produtiva Profissionalizante e Cultural dos Pequenos Produtores Rurais e Quebradeiras de Côco de São Joaquim no Município de Penalva – MA. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede na Rodagem, s/n, Rodagem, São Joaquim, no município de Penalva, Estado do Maranhão e foro no município de Viana – MA. **FINALIDADES:** Amparar, assistir, orientar e educar todos os pequenos produtores rurais e quebradeiras de côco da região de São Joaquim/Penalva/MA e seus familiares na busca de seus direitos e da cidadania, além de promover a integração no mercado de trabalho, o desenvolvimento da cultura, assistência educacional e de saúde, o lazer e o esporte entre seus associados, cooperar com órgãos civis, governamentais e municipais nos programas de assistência social para as famílias, idosos, adolescentes e menores. **ADMINISTRAÇÃO:** Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º e 2º Tesoureiro e Conselho Fiscal. **PATRIMÔNIO:** Será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública. No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada no termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social. Nélia Gama Leite- Presidente

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAIS DE SÃO BENEDITO DO RIO PRETO – SINFESP

RESENHA DE ESTATUTO. DENOMINAÇÃO: Sindicato dos Funcionários e Servidores Público Municipais de São Benedito do Rio Preto – SINFESP, fundada em 24.03.2002, constituindo-se em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada, tendo por finalidade a união, defesa e representação das categorias profissionais abrangidas pelo presente diploma. **FINALIDADES**: Representar a categoria profissional, que abrange todos o servidores públicos municipais, independentes do regime jurídico, ligados à administração direta ou indireta e câmara municipal e garantir a independência de classe com relação ao governos e às religiões; fortalecer o intercâmbio e a integração com as demais organizações sindicais e populares representativas do trabalhadores, etc. **ADMINISTRAÇÃO:** Presidente, Vice-Presidente, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretaria Formação Política e Sindical, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Imprensa e Comunicação, Secretaria de Cultura e Lazer. Resalva a Presidência, cada cargo terá um coordenador, na forma de 1º membro. **PATRIMÔNIO:** Constitui-se das contribuições devidas ao Sindicato pelos associados em decorrência da forma legal ou cláusula inserida em convenção coletiva de trabalho e acordo coletivo de trabalho; das mensalidades dos associados; dos bens e valores adquiridos e a rendas produzidas; dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos; das doações de dos legados; das multas e das outras rendas eventuais. A Diretoria terá mandato de 04 (quatro) anos podendo ser reeleita por mais uma

HOMOLOGAÇÃO

GERÊNCIA DE ESTADO DA RECEITA ESTADUAL

GABINETE DO GERENTE. 14.01.03. **REF: PROCESSO:** Nº 15076/02. **DISPENSA DE LICITAÇÃO BASE LEGAL:** Lei Nº 8.666/93. **OBJETO**: Serviços de Digitação e Documentos Fiscais**. DECISÃO** No uso de minhas atribuições legais, **HOMOLOGO** O Relatório da Comissão Permanente de Licitação-CPL, aprovado em Reunião Ordinária realizada no dia 13.01.03 que adjudicou o objeto contratual á empresa. **DUCOL ENGENHARIA LTDA** e **AUTORIZO** a despesa pelo valor total de R$ 134.036,17 (cento e trinta e quatro mil, trinta e seis reais e dezessete centavos). Publique-se. Empenhe-se e Lavre-se o Contrato. JOSÉ DE JESUS DO ROSÁRIO AZZOLINI- Gerente de Estado da Receita Estadual

TERMO DE ADESÃO

GERÊNCIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO .PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9416 de 06/11/2002. **PARTES**: GERÊNCIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO e Municípios, com interveniência da Gerência de Desenvolvimento Regional, conforme discriminação a seguir. **OBJETO**: Habilitação do MUNICÍPIO para participar do Programa Vamos Ler. **VIGÊNCIA:** 02 de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2006. **FUNDAMENTO LEGAL**: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

INTERVENIENTE	NÚMERO	MUNICÍPIO	TRANSCRIÇÃO		
			Livro	Folha	Data
AÇAILÂNDIA	001/2002	AÇAILÂNDIA/MA	008/2002	89v	13 de novembro de 2002
CAXIAS	002/2002	AFONSO CUNHA/MA	008/2002	90	13 de novembro de 2002
CHAPADINHA	003/2000	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	008/2002	90v	13 de novembro de 2002
SÃO LUÍS	004/2002	ALCÂNTARA/MA	008/2002	91	13 de novembro de 2002
BACABAL	006/2002	ALTAMIRA DO MARANHÃO	008/2002	92	13 de novembro de 2002
CODÓ	007/2002	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	008/2002	92v	13 de novembro de 2002
SANTA INÊS	008/2002	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA	008/2002	93	13 de novembro de 2002
BALSAS	009/2002	ALTO PARNAÍBA/MA	008/2002	93v	13 de novembro de 2002
ZÉ DOCA	010/2002	AMAPÁ DO MARANHÃO	008/2002	94	13 de novembro de 2002
IMPERATRIZ	011/2002	AMARANTE DO MARANHÃO	008/2002	94v	13 de novembro de 2002
ITAPECURU-MIRIM	012/2002	ANAJATUBA/MA	008/2002	95	13 de novembro de 2002
CHAPADINHA	013/2002	ANAPURUS/MA	008/2002	95v	13 de novembro de 2002
PINHEIRO	014/2002	APICUM-AÇÚ/MA	008/2002	96	13 de novembro de 2002
ZÉ DOCA	015/2002	ARAGUANÃ/MA	008/2002	96v	13 de novembro de 2002
CHAPADINHA	016/2002	ARAIÓSES/MA	008/2002	97	13 de novembro de 2002

Documento assinado digitalmente. Chave: 9ZxfA61708524723 | Para validar, acesse: https://www.diariooficial.ma.gov.br/validacao

ESTADO DO MARANHÃO

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

Gerência de Estado de Planejamento e Gestão

Supervisão do Diário Oficial

Rua Antônio Rayol, 505 - Fone: 232-3766 - FAX:(098) 232-3746

CEP.: 65.015-901 - São Luís - MA

E-mail: diario@gemor.ma.gov.br Site: www.diariooficial.ma.gov.br

JOSÉ REINALDO C. TAVARES
Governador

LUCIANO FERNANDES MOREIRA
Gerente de Estado de Planejamento e Gestão

MIGUEL MUBÁRACK HELUY
Gerente Adjunto de Gestão

RUBENS RIBEIRO DE SOUSA
Supervisor do Diário Oficial

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário Oficial, observe atentamente as instruções abaixo:

a) Edição dos textos enviados a Supervisão do Diário Oficial em disquete;
b) Medida da Página - 17cm de Largura e 25 cm de Altura;
c) Editor de texto padrão: Word for Windows - Versão 6,0 ou Superior;
d) Tipo da fonte: Times New Roman;
e) Tamanho da letra: 9;
f) Entrelinhas automático;
g) Excluir linhas em branco;
h) Tabelas/quadros sem linhas de grade ou molduras;
i) Gravar no disquete sem compactar, sem vírus de computador;
j) Havendo erro na publicação, o usuário poderá manifestar reclamação por escrito até 30 dias após a circulação do Diário Oficial;
k) Se o erro for proveniente de falha de impressão, a matéria será republicada sem ônus para o cliente, em caso de erro proveniente do disquete, o ônus da retificação ficará a cargo do cliente;
l) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas;
m) Utilize tantos disquetes quanto seu texto exigir.

informações pelo telefone (098) 232-3766

Certifico e dou fé que a própria e a fiel da original exibida.
MA Z do 05 de 2016
RIO CIVIL EXTRA JUDICIAL
Tabelião Substituto
Fone: (99) 3072-1026 Imp. - MA

TABELA DE PREÇOS

PUBLICAÇÕES		ASSINATURA SEMESTRAL	
Valor em coluna de 1cm x 8,5cm		No balcão	R$ 75,00
Terceiros	R$ 7,00	Via Postal	R$ 100,00
Executivo	R$ 7,00	Exemplar do dia	R$ 0,80
Judiciário	R$ 7,00	Após 30 dias de circ.	R$ 1,20
		Por exerc. decorrido	R$ 1,50

1 - As assinaturas do D.O. poderão ser feitas diretamente na Supervisão do Diário Oficial ou solicitadas por telefone ou correio, e valem a partir de sua efetivação.
2 - Os suplementos, separatas e edições extraordinárias não estão incluídos nas assinaturas. O envio destes é opcional e está condicionado ao pagamento de 10% sobre o valor da assinatura.

Digitalizado com CamScanner

3ª APROVADO
Em 29/04/2003
Veronica da Silva Mota Torres
PRESIDENTE

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE DAVINÓPOLIS
C.N.P.J.: 01.630.217/0001-48

1ª APROVADO
Em 22/04/2003
Veronica da Silva Mota Torres
PRESIDENTE

2ª APROVADO
Em 29/04/2003
Veronica da Silva Mota Torres
PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 049/03 Davinópolis – MA., 08 de abril de 2003.

"RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica reconhecida como de utilidade pública, a Associação Comunitária Santa Isabel, com sede e fórum na cidade de Davinópolis à rua São Pedro nº 126 – Centro, com CNPJ –05.141.513/0001-36.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES DO PLENÁRIO DEPUTADO FEDERAL DAVI ALVES SILVA, EM DAVINÓPOLIS ESTADO DO MARANHÃO, aos 08 dias do mês de abril de 2003.

LUIZ NILDO ALENCAR DE LIMA
Vereador

Digitalizado com CamScanner

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE DAVINÓPOLIS
Criado pela Lei Municipal N.º 009/97 - 22 de janeiro de 1997

RESOLUÇÃO Nº 003/DE 08 DE JANEIRO DE 2003.

APROVA ADMISSÃO DA ENTIDADE ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL, NO CMAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Plenário do **Conselho Municipal de Assistência Social de Davinópolis – "CMAS",** Estado do Maranhão, nos termos das Leis, em reunião ordinária, realizada no dia 08 de janeiro de 2003, no uso de suas competências e atribuições que lhe confere o a Lei nº 8.742/93 e.

Considerando a necessidade de inscrição prévia da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme determinado no artigo 9º da Lei Orgânica da Assistência Social.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica admitida no CMAS de Davinópolis, a presente entidade juridicamente constituída e em regular funcionamento:

I – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL.

Artigo 2º - Esta Resolução, entra em vigor na data de sua aprovação. Revogam – se as disposições em contrário.

Davinópolis – MA, 08 de janeiro de 2003.

Dionilson Alves de Oliveira
Presidente em Exercício "CMAS"

Membros:

Stefan dos S. Freitas.
Enéias da Conceição Rocha
Valenice Araujo Silva
Maria Benedita Sousa Silva
Maria de Jesus Miranda Oliveira
Elizete Dias Miranda

Digitalizado com CamScanner

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513/0001-36

PRIMEIRA REFORMA ESTTUTARIA

PRIMEIRA REFORMA ESTATUTARIA

ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513/0001-36

PRIMEIRA REFORMA ESTTUTARIA

CAPÍTULO PRIMEIRO
NOME E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, ou pela forma abreviada **INSTITUTO SOCIAL SANTA ISABEL**, fica instituída esta associação civil sem fins lucrativos, de direito privado e que regerá por este **ESTATUTO**, e pelas normas legais pertinentes.

CAPÍTULO SEGUNDO
DA SEDE

Art. 2º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** terá sua sede e foro na cidade de DAVINÓPOLIS-MA, na Rua São Pedro nº 133, centro, CEP 65.927-000, podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou unidades da Federação, bem como no exterior.

Art. 3º - O prazo de duração da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO
DOS OBJETIVOS

Art. 4º - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, especial, psicossocial, psicológico, inclusão social e ambiental;

I – 9430-8/00 Atividades de associações de defesa de direitos sociais.

II – 8230-0/01 – Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas.

III – 8230-0/02 – Casas de festas e eventos.

IV - 90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

V - 94.93-6-00 - atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

VI- 85.41.-4-00 – educação profissional de nível técnico;

VII - 85.99-5-04 – treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;

VIII– 85.99-6-05 – cursos preparatórios para concursos.

IX – 8650-0\03 – Atividades de psicologia e Psicanalise (atendimento clinico, psicoterapias, avaliações psicológicas e psicanálise)

X – 8219-9\99 - Preparação de documentos e apoio administrativo (laudos relatórios psicológicos, documentos técnicos.

XI – 8720-4\01 – Atividade de assistência psicossocial e a saúde para pessoas com deficiência mental e distúrbios psíquicos e pessoa com transtorno.

XII – 8720-4\99 – Atividades de assistência psicossocial e à saúde não especificada anteriormente.

Parágrafo Primeiro - Para a consecução de suas finalidades, a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando:

Promover o ampara social da comunidade, promover o espirito de solidariedade entre os ´sócios bem como defender os interesses da coletividade a conforme a Lei nº 9.790/99.

I – Execução de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeito aos valores éticos e sociais, em benefício do desenvolvimento geral da comunidade, mediante concessão, permissão ou autorização de exploração de radiodifusão comunitária de acordo com a legislação específica;

II – Promoção da assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza;

III – Promoção gratuita da educação e da saúde incluindo prevenção de doenças infectocontagiosas, e demais apoios da saúde comunitária e a prevenção consumo de drogas;

IV – Preservação, defesa, e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

V – Promoção do voluntariado, de criação de estágios e colocação de treinando-os no mercado de trabalho;

VI – Promoção de direitos das pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate a todo o tipo de discriminação sexual, racial e social, trabalho forçado e infantil;

VII – Promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Parágrafo Segundo – A associação tem finalidade de promover a saúde mental e bem estar, emocional e social da comunidade atendendo a todas as faixas etárias, com especial atenção as crianças, adolescente e terceira idade, através de práticas e intervenções psicológicas que visem o fortalecimento do bem-estar coletivo.

Paragrafo Terceiro— A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins, bem como manutenção dos sócios contribuintes.

Art. 5º – O serviço psicológico desenvolvido na associação segue as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, pautando-se no Código de Ética Profissional e na Resolução CFP nº 17/2022. As ações visam promover o bem-estar psicológico, fortalecer vínculos comunitários e garantir a dignidade, a diversidade e os direitos humanos de todos os participantes.

Parágrafo Primeiro – A atuação psicológica dentro da associação comunitária está fundamentada nas normas do Conselho Federal de Psicologia, especialmente no Código de Ética Profissional do Psicólogo e na Resolução CFP nº 17/2022, que orienta práticas em contextos coletivos e de saúde.

I – O trabalho busca promover o bem-estar emocional e social dos membros da comunidade, fortalecendo laços de solidariedade, escuta e acolhimento.

II- Além disso, respeita-se a diversidade, a autonomia e os direitos humanos, assegurando sigilo profissional e compromisso com a transformação social e o desenvolvimento humano integral.

IIi - A manutenção do núcleo de psicologia será através dos recursos oriundos dos sócios, programas, projetos doações, Governos Municipal e , Estadual, Federal e iniciativa privadas

Art.6º- A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO QUATRO
DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 7º – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** é constituída por número ilimitado de sócios, os quais serão das seguintes categorias: **efetivos, colaboradores e beneméritos**.

Art. 8º - São sócios efetivos as pessoas **físicas** ou **jurídicas**, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade e outros que venham a ser admitidos nos termos do Artigo 10, Parágrafo Único, do presente Estatuto.

Art. 9º - São sócios colaboradores pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**.

Art. 10 - São considerados sócios beneméritos pessoas ou instituições que se destacaram por trabalhos que se coadunem com os objetivos dessa Associação.

Art. 11 – Os associados, qualquer que seja sua categoria, não respondem individualmente, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, nem pelos atos praticados pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo.

Parágrafo Único – A admissão de novos sócios, de qualquer categoria será decidida pela **Assembleia Geral**, mediante proposta de sócios efetivos ou da Diretoria.

Art. 12 – São direitos dos associados:

I – Participar de todas as atividades associativas;

II – Propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;

III – Apresentar propostas, programas e projetos de ação para a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL;**

IV – Ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente.

Parágrafo Único – Os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 13 – São deveres dos associados:

I – Observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade;
II – Cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** e difundir seus objetivos e ações.

Art. 14 – Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**.

CAPÍTULO QUINTO
DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

Art. 15 – A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída pelos sócios efetivos **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**.

Art. 16 – A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 2 (duas) vez por ano, para deliberar sobre os seguintes temas:
I – Apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior, e o Orçamento e Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
II – Nomeação ou destituição do Diretor Executivo;
III – Nomeação dos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal;
IV – Deliberar sobre a admissão de novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos;
V – Deliberar sobre a reforma e alterações do Estatuto;
VI – Deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio social;
VII – Deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 17 – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente, ou por carta assinada por pelo menos a metade dos sócios efetivos.

Parágrafo Único - A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á através de carta registrada endereçada a todos os sócios, e com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 18 – O quórum mínimo exigido para a instalação da Assembleia Geral, a qualquer tempo, é de 50% (cinquenta por cento) dos sócios efetivos.

Parágrafo Primeiro - Terão direito a voto nas assembleias todas as categorias de sócios: efetivos, beneméritos e colaboradores, este último desde que em dia com sua contribuição.

CAPÍTULO SEXTO
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 19 - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** será dirigida pela Diretoria Executiva composta por: **ASSEMBLEIA GERAL, PRESIDENCIA E CONSELHO FISCAL**. Eleita em assembleia geral, para um período de **quatro (04) anos**, podendo ou não ser reeleita.

A administração caberá ao Presidente o qual representará a Associação em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da Associação, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração.

Art. 20 – O Presidente da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** visando imprimir maior operacionalidade às ações da Associação, deverá assumir as seguintes atribuições:
I – Coordenar e dirigir as atividades gerais específicas da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**;
II – Celebrar convênios e realizar a filiação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** a instituições ou organizações, por delegação do Presidente;
III – Representar a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;
IV – Encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanço anual;
V – Contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**.
VI – Elaborar e submeter aos sócios efetivos o Orçamento e Plano de Trabalho Anuais;

VII – Propor aos sócios efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;
VIII – Propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;
IX – Adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembleia Geral;
X – Elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;
XI – Exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.
Parágrafo Único - É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL.**

DA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Art. 21 - A diretoria será composta por:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Primeiro Secretário;
IV - Segundo Secretário;
V - Primeiro Tesoureiro;
VI - Segundo Tesoureiro;
Art. 22 – Compete ao Presidente:
I – Representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
II – Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
III – Convocar e presidir a Assembleia Geral:
IV – Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
V – Assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;
VI – Nomear e criar cargos, diretorias, bem como departamentos, para melhor condução de ações e projetos comunitários de interesse social.
VII – Encaminhar: resoluções, portarias, instruções normativas e demais documentos pertinentes aos princípios da administração público-administrativo, exonerar, instituir a cargos a e departamentos.
VIII- Criação do núcleo de atendimento na área da psicologia e da saúde.
Art. 23 – Compete ao Vice-Presidente:
I – Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.
Art. 24 – Compete o Primeiro Secretário:
I – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as atas;
II – Publicar todas as notícias das atividades da entidade
Art. 25 – Compete ao Segundo Secretário:
I – Substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretário.
Art. 26 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:
I – Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
II – Pagar as contas autorizadas pelo Presidente:

III – Representar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados:
IV – Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
V – Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
VI – Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
VII – Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito;
VIII – Assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação;

Art. 27 – Compete ao Segundo Tesoureiro:

I – Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
II – Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
III – Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

CAPÍTULO OITAVO
DO CONSELHO FISCAL

Art. 28 – O Conselho Fiscal será constituído por 6 (seis) membros sendo três efetivos, e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.
I – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.
II – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 29 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os livros de escrituração da entidade;
II- Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
III – Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
IV – Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Art. 30 – Quando convocados nos termos do Artigo 24, Parágrafo Terceiro, desse Estatuto, o Conselho Fiscal será fiscalizador da administração contábil financeira da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, e se comporá de três membros de idoneidade reconhecida.
Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.
Art. 31– Os membros do Conselho Fiscal serão convidados pelos sócios efetivos, e nomeados pela Assembleia Geral, nos termos do Artigo 15, alínea III deste Estatuto.
Art. 32 – Compete ao Conselho Fiscal, ou se for o caso, aos Auditores Externos:
I – Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
II – Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, sempre que necessário;
III – Comparecer, quando convocados, às Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;
IV – Opinar sobre a dissolução e liquidação da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL.**

Parágrafo Primeiro – Os membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho.
Parágrafo Segundo – O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.
Parágrafo Terceiro – O Conselho Fiscal só será instalado, e seus membros convocados, se a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL,** não contratar auditores externos, ou se assim exigir, através de maioria simples, a Assembleia Geral.

CAPÍTULO NONO
DO PATRIMÔNIO

Art. 33 – O patrimônio da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** será constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras.

Art. 34 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Único – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

CAPÍTULO DÉCIMO
DO REGIME FINANCEIRO

Art. 35 – O exercício financeiro da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36 – As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO
Da Qualificação da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL Como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público de Acordo Com a Lei nº 9.790, de 23 de Março de 1999

Art. 37 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** não distribuirá, entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

Art. 38 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art. 39 – No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembleia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 15, proceder-se-á o levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições legalmente constituídas, qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenham objetivos sociais semelhantes.

Art. 40 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** em observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 41 – O conselho fiscal ou órgão equivalente, terá competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Art. 42 – Na hipótese da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 43 – Haverá a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Art. 44 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL** observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:

I – A observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – Que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

III – a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 45 – É vedada à **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL,** como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO
DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Art. 46 – Será instituído o Conselho Comunitário de, no mínimo, cinco (05) pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe beneméritas ou de moradores, desde que legalmente instituídas.
Art. 47 – O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, caso a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, venha explorar serviços de radiodifusão, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios do artigo 4º da Lei de Radiodifusão Comunitária.
Art. 48 – A responsabilidade e a orientação intelectual da rádio comunitária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL,** caberá sempre a brasileiros natos ou naturalizados.
Art. 49 – O quadro de pessoal da rádio comunitária da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, será constituído de, ao menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros.
Art. 50 - A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, não efetuará nenhuma alteração do presente estatuto sem prévia autorização dos órgãos competentes.
Art. 51 – A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, adotará o nome de fantasia de **RÁDIO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL FM** para a execução do serviço de radiodifusão comunitária.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 – É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL,** em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Davinópolis – MA, 07 de setembro de 2025.

Cartório de Davinópolis Serventia Extrajudicial do Único Único

Presidente: Maria Ivoneide Oliveira dos Reis
NOME: MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS
CPF/MF: 329.184.963-91

Ires Pereira Carvalho
IRES PEREIRA CARVALHO
ADVOGADO
OAB/MA Nº 29399

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AVERBA1497732BD7QQVOTFI86C15
Registrado sob o nº de Ordem 149, às fls 49/052, do Livro A-00006, do Registro de Pessoa Jurídica. DAVINÓPOLIS - MA. 12/12/2025 10:20:16. Ato: 15.9.2. Parte(s): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL. Total: R$ 142,24 Emol R$ 128,24 FERC R$ 3,78 FADEP R$ 5,11 FEMP R$ 5,11 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AVERBA1497735PUHWW4T9T1RRQ17
Registrado sob o nº de Ordem 149, às fls 49/052, do Livro A-00006, do Registro de Pessoa Jurídica. DAVINÓPOLIS - MA. 12/12/2025 10:20:14. Ato: 15.9.1. Parte(s): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL. Total: R$ 291,48 Emol R$ 262,62 FERC R$ 7,86 FADEP R$ 10,50 FEMP R$ 10,50 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Escrevente Autorizada
CPF: 631.284.943-04
Portaria nº 02/2025

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773JNSNCRMPSWDP4214
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS. Que confere com os padrões registrados nesta serventia DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:11:58. Ato: 13.17.2. Total: R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Escrevente Autorizada
CPF: 631.284.943-04
Portaria nº 02/2025

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513/0001-36

REQUERIMENTO

EU, **MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS,** brasileira, solteira, residente na rua São Pedro nº 138 na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão, portadora do CPF: 329.184.963-91 e do RG: 76248997-9 SSP/MA, Psicóloga CRP-MA,22/06679,

Venho por meio deste, requerer o registro da **ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO CUMUNITÁRIA SANTA ISABEL E ALTERAÇÃO ESTATUTARIA NOME DE FANTASIA, INSTITUTO SOCIALSANTA ISABEL,**conforme segue em anexo.

Declaro, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos apresentados são verdadeiros e autênticos, estando ciente de que a falta dessa declaração configura crime previsto no código penal, além da responsabilidade civil.

Cartório de Davinópolis
Serventia Extrajudicial
Ofício Único

Davinópolis - Ma, 24 de setembro de 2025.

MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS
CPF Nº 329.184.963-91

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773PHDI38VPAECV3O69
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS. Que conferem com os padrões registrados nesta serventia DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:16:58. Ato 13.17.2. Total R$ 6.55 Emol R$ 5.92 FERC R$ 0.17 FADEP R$ 0.23 FEMP R$ 0.23
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Maria N. Soares Silva
Escrevente Autorizada
CPF: 631.284.943-04
Portaria nº 02/2025

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513/0001-36

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A presidência da comissão eleitoral da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL**, Inscrita no CNPJ nº 05.141.513/0001-36, com sede nesta cidade, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por sua Presidente a Senhora MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS, **CONVOCA** através do presente edital, todos os seus membros e seus pares, para Assembleia Geral, que será realizada no auditório central da referida instituição, situado na **Rua São Pedro, 126, CEP 65.927-000, centro, Davinópolis - MA**, às **19:00 horas**, do dia **12 de setembro de 2025**, com a seguinte ordem do dia:

1- INFORMES GERAIS

2- Eleição da Diretoria Executiva, da **Associação Comunitária Santa Isabel**, em cumprimento aos dispostos nos artigos, parágrafos, incisos e alíneas; do estatuto.

2 – ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA
3 – NOME DE FANTASIA

Cartório de Davinópolis
Serventia Extrajudicial
do Ofício Único

Davinópolis - Ma, 15 de agosto de 2025.

MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS
CPF nº 329.184.963-91
Presidente

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773KMYYTKV5L2779W83
Reconheço e dou fe por semelhança a assinatura de MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS. Que confere com os padrões registrados nesta serventia DAVINÓPOLIS MA 11/12/2025 17:18:48 Ato 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23
Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Marcio N. Soares Silva
Escrevente Autorizado
CPF: 631.284.943-04
Portaria nº 02/2025

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513\0001-36

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA ASSOCIAÇÃO CUMUNITÁRIA SANTA ISABEL E ALTERAÇÃO ESTATUTARIA NOME DE FANTASIA.

Aos dias doze do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 19:00h, na sala de reunião da **ASSSOCIAÇÃO COMUNITARIA SANTA ISABEL**, **CNPJ: 05.141.513/0001-36**, situada na Rua São Pedro, 133, Centro, Davinópolis – MA, CEP: 65.927-000. Convocou através de Edital de Convocação para uma Assembleia Geral os membros efetivos da **ASSSOCIAÇÃO COMUNITARIA SANTA ISABEL**, com o objetivo de eleger a nova diretoria e sugerir o nome de fantasia, Art. 14 do estatuto social da referida instituição que denominará como: **INSTITUTO SOCIAL SANTA ISABEL,** os novos membros da diretoria, Art. 16 V, para os devidos cargos, mediante as necessidades apresentadas. Inicialmente houve o esclarecimento sobre o papel e a função da nova diretoria e logo após, divulgada a lista dos membros presentes dando um total de 79 (setenta e nove) assinantes da referida lista de presença, sendo um total de membros devidamente filiados num total de 120 associados, após divulgado a referida lista lista constatou-se um percentual de aproximadamente de 70% do total de membros, foi aberto a discussão a respeito da aprovação do titulo do estabelecimento o nome de fantasia para inclusão conforme art primeiro do estatuto social na inscrição no CNPJ, após a referida discussão em plenário a Assembleia indicou a Senhora **MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS**, para presidir a reunião e o Senhor **LEULIMAR OLIVEIRA DA SILVA**, para secretariar os serviços do dia, foi apresentado a proposta dos cargos mandato dos membros constantes da Ata de eleição realizada na data já qualificada, com os seguintes membros definidos no Estatuto Social Art. 21°, Os membros terá um mandato de **4 (quatro)** anos com possibilidade de mais uma reeleição, conforme art 19 do estatuto social, terá início no dia 12 de Setembro e dois mil e vinte e cinco e encerrará no dia 12 de Setembro de dois mil e vinte e sete e as possíveis reeleições: **Presidente: MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS,** CPF: 329.184.963-91, brasileira, solteira, residente rua São Pedro nº138 na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão, portadora do RG: 76248997-9 SSP/MA, Psicóloga CRP-MA,22/06679, **Vice-Presidente: ROSA MARIA OLIVEIRA SILVA**, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Davinópolis, estado do Maranhão, na Rua Bom Jesus nº 425, Centro, portadora do RG: 049222882013-2 e CPF: 003.869333-08, Professora**, 1º Tesoureiro: PAULO LUDUGERO DE OLIVEIRA NETO**, brasileiro, casado residente e domiciliado na cidade de Davinópolis, Estado do Maranhão, Rua Bom Jesus nº 425 Cento portador do CPF:436.304.483-72 e do RG:472908952 SSP/MA, Professor, **Segunda Tesoureira: MERYDALVA DA COSTA DE ALMEIDA,**

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AVERBA149773843L8Z47H7ILQM92
Registrado sob o nº de Ordem 148, às fls 47/048, do Livro A-00005, do Registro de Pessoa Jurídica. DAVINÓPOLIS - MA. 12/12/2025 10:04:12. Ato: 15.9.1. Parte(s): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL. Total R$ 194,32 Emol R$ 175,08 FERC R$ 5,24 FADEP R$ 7,00 FEMP R$ 7,00 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO AVERBA149773BXQ4WMDRP0W8S072
Registrado sob o nº de Ordem 148, às fls 47/048, do Livro A-00005, do Registro de Pessoa Jurídica. DAVINÓPOLIS - MA. 12/12/2025 10:04:07. Ato: 15.9.2. Parte(s): ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL. Total R$ 20,32 Emol R$ 18,32 FERC R$ 0,54 FADEP R$ 0,73 FEMP R$ 0,73 Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Márcia N. Soares Silva
Escrevente Autorizada
CPF: 631.284.943-04
Portaria nº 02/2025

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513\0001-36

brasileira, casada, residente na rua Bom Jesus 349, centro, Davinópolis - Ma, portadora do CPF:6529671103-04 e do RG:017709692001-6 SSP/MA. **Primeiro Secretário: LEULIMAR OLIVEIRA DA SILVA,** brasileiro, casado, portador do CPF: nº 403.275.743- 72 e do RG nº 23.866-PMPA, Policial Militar da reserva remunerada, **Segundo Secretário: ROBSOM SOUSA SILVA,** brasileiro, reside na rua Dom Cesário 185, bairro Santo Antônio, portador do CPF Nº 900.784.891-72, do RG nº 0000839257970 SSP/MA, Professor. **Conselho Fiscal** é formado por Membros Titulares e Suplentes. Logo após a eleição da nova diretoria tratou-se da nova nomenclatura a ser adotada por essa instituição nome esse escolhido e aprovado por todos os membros presentes que mudaria a razão social de **Associação Comunitária Santa Isabel** para **INSTITUTO SOCIAL SANTA ISABEL,** sem mais para tratar Eu, **LEULIMAR OLIVEIRA DA SILVA**, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por todos os membros desta nobre instituição. Davinópolis – MA, 12 de setembro de 2025.

MEMBROS DA DIRETORIA

PRESIDENTE: MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS Maria Ivoneide Oliveira dos Reis

VICE PRESIDENTE: ROSA MARIA OLIVEIRA SILVA Rosa Maria Oliveira Silva

1ª SECRETÁRIA: LEULIMAR OLIVEIRA DA SILVA

2ª SECRETÁRIA: ROBSON SOUZA SILVA Robson Souza Silva

1ª TESOUREIRA: PAULO LUDUGERO DE OLIVEIRA NETO Paulo Ludugero de Oliveira Neto

2ªTESOUREIRA: MERYDALVA DA COSTA DE ALMEIDA Merydalva da Costa de Almeida

CONSELHO FISCAL

MEMBROS TITULARES:

1º MEMBRO: CPF: 909.789.783-15, MARIA IRENE RABELHO GALHARDO

2º MEMBRO: CPF: 425.317.563-53, ANTONIA ELINARDA DA SILVA

3º MEMBRO: CPF: 005 370 073-26, BRUNO SILVA DE SOUSA

MEMBROS SUPLENTES:

1º MEMBRO: CPF: 607.109.013-67, JAILSON MATOS DA SILVA

2º MEMBRO: CPF: 402.118.803-68, FRANCISCA ALZIRA DA CONCEIÇÃO

3º MEMBRO: CPF: **443.481.182-72**, RAYMAKSON VIEIRA DE CARVALHO

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773N43Q454WUF1VZ252
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de MARIA IVONEIDE OLIVEIRA DOS REIS. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:18:21. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773X5QQOVDPX5TXTC29
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de ROSA MARIA OLIVEIRA SILVA. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:18:37. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773UW8AYPDB67QGFX16
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de LEULIMAR OLIVEIRA DA SILVA. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:19:38. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR1497735PONGDKTROKBK84
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de PAULO LUDUGERO DE OLIVEIRA NETO. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 12/12/2025 08:34:13. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773J5GUMZVSWDMM8C82
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de ROBSON SOUZA SILVA. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:20:44. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

Poder Judiciário - TJMA
Nº_SELO RECFIR149773SMKN9MDVPESOE940
Reconheço e dou fé por semelhança a assinatura de MERYDALVA DA COSTA DE ALMEIDA. Que confere com os padrões registrados nesta serventia. DAVINÓPOLIS/MA 11/12/2025 17:25:39. Ato: 13.17.2. Total R$ 6,55 Emol R$ 5,92 FERC R$ 0,17 FADEP R$ 0,23 FEMP R$ 0,23. Consulte em https://selo.tjma.jus.br

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

CNPJ 05.141.513/0001-36

PRIMEIRA REFORMA ESTTUTARIA

RELATÓRIO DE AÇÕES E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL

O presente relatório tem como finalidade apresentar as principais ações e atividades desenvolvidas pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL, também denominada INSTITUTO SOCIAL SANTA ISABEL, no cumprimento de sua missão institucional de promover a melhoria da qualidade de vida da comunidade, com foco na inclusão social, educação, cultura, saúde, meio ambiente e cidadania.

A Associação tem atuado de forma contínua no fortalecimento da comunidade local, desenvolvendo projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, priorizando grupos em situação de vulnerabilidade social. Entre as principais ações realizadas destacam-se atividades socioeducativas, palestras formativas, cursos profissionalizantes, oficinas culturais e eventos comunitários.

Na área da educação, foram promovidos cursos preparatórios, treinamentos em desenvolvimento profissional e oficinas de capacitação técnica, com o objetivo de ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Também foram desenvolvidas atividades de reforço escolar e acompanhamento educacional para crianças e adolescentes, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar e redução da evasão.

No campo da assistência social, a Associação realizou campanhas solidárias de arrecadação e distribuição de alimentos, roupas e materiais escolares para famílias em situação de vulnerabilidade. Foram promovidas ações de orientação social, encaminhamentos para serviços públicos e acompanhamento de famílias em parceria com órgãos competentes, fortalecendo a rede de proteção social.

Na promoção da saúde e do bem-estar, a entidade desenvolveu palestras educativas sobre prevenção de doenças, saúde mental, combate ao uso de drogas e valorização da vida. Foram realizadas rodas de conversa, atendimentos psicossociais e atividades de promoção do bem-estar emocional, especialmente

voltadas para crianças, adolescentes e idosos, buscando fortalecer vínculos familiares e comunitários.

A Associação também promoveu eventos culturais e artísticos, como apresentações musicais, atividades de artes cênicas, exposições e encontros comunitários, incentivando a valorização da cultura local e a integração social. Tais eventos contribuíram para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade e para a promoção da cidadania.

No âmbito ambiental, foram desenvolvidas ações educativas voltadas à conscientização sobre preservação do meio ambiente, sustentabilidade e cuidado com os recursos naturais. Realizaram-se campanhas de orientação e mobilizações comunitárias para incentivar práticas sustentáveis no cotidiano da população.

A promoção do voluntariado também foi uma das prioridades da Associação. Foram incentivadas a participação e a formação de voluntários para atuação em projetos sociais, ampliando o alcance das ações comunitárias. A entidade buscou parcerias com instituições públicas e privadas para fortalecer suas iniciativas e ampliar o impacto social de seus projetos.

No que se refere à comunicação comunitária, a Associação realizou atividades informativas e educativas com foco na cidadania, ética, direitos humanos e democracia, promovendo debates e encontros formativos voltados à conscientização da população sobre seus direitos e deveres.

Todas as ações desenvolvidas foram pautadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, assegurando transparência na gestão dos recursos e compromisso com os objetivos institucionais. Os recursos financeiros foram integralmente aplicados na manutenção e ampliação das atividades sociais, sem distribuição de lucros ou vantagens pessoais a dirigentes ou associados.

As atividades realizadas ao longo do período demonstram o compromisso da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTA ISABEL com o desenvolvimento social e humano da comunidade, promovendo inclusão, cidadania, solidariedade e melhoria da qualidade de vida. A entidade reafirma sua missão de continuar atuando de forma responsável, ética e participativa, fortalecendo parcerias e ampliando suas ações em benefício da coletividade.

Davinópolis – MA, 03 de Março de 2026.

Presidente: Maria Ivoneide oliveira dos Reis